

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

NOÇÕES INTRODUTÓRIAS..... 39

1.1.	Fontes Formais Primárias	39
1.2.	Conceitos Fundamentais.....	40
1.2.1.	Tributo	40
1.2.2.	Competência tributária	41
1.2.3.	Tributos vinculados e não vinculados	42
1.2.4.	Tributos destinados e não destinados.....	42
1.2.5.	Tributos restituíveis e tributos não restituíveis	43
1.2.6.	Impostos	43
1.2.7.	Taxas.....	43
1.2.8.	Imunidades tributárias	44
1.2.9.	Obrigação tributária e crédito tributário.....	45
1.2.10.	Fato gerador.....	45
1.2.11.	Contribuinte e responsável.....	46
1.2.12.	Cadeia produtiva, tributação monofásica e tributação plurifásica.....	47

CAPÍTULO 2

FONTES DO DIREITO TRIBUTÁRIO 49

2.1.	Fontes Formais Primárias	50
2.1.1.	Constituição Federal e Emenda à Constituição Federal	50
2.1.2.	Lei Complementar.....	52
2.1.3.	Lei ordinária	64
2.1.4.	Medida provisória	65
2.1.5.	Tratados e Convenções Internacionais.....	66
2.1.6.	Lei delegada	68
2.1.7.	Decreto Legislativo	68
2.1.8.	Resolução.....	69
2.2.	Fontes formais secundárias.....	70
2.2.1.	Decretos Regulamentares	70
2.2.2.	Atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas	72
2.2.3.	Decisões com eficácia normativa	73

2.2.4.	Práticas reiteradas das autoridades administrativas.....	73
2.2.5.	Convênios celebrados pelas entidades impositoras.....	74
2.3.	Resumo.....	75
2.4.	Jurisprudência relevante.....	75
2.4.1.	Teses firmadas em Recursos Repetitivos Extraordinários.....	75
2.5.	Provas de Concursos Públicos.....	76
2.5.1.	Questões.....	76
2.5.2.	Gabarito.....	78

CAPÍTULO 3

SISTEMA TRIBUTÁRIO E DISCRIMINAÇÃO DE COMPETÊNCIAS 79

3.1.	Conceito de tributo.....	79
3.1.1.	Prestação pecuniária em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir.....	79
3.1.2.	Prestação compulsória.....	80
3.1.3.	Instituída em lei.....	80
3.1.4.	Cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.....	81
3.1.5.	Que não constitua sanção por ato ilícito.....	81
3.2.	Regra-matriz de incidência tributária.....	82
3.2.1.	Critérios do antecedente.....	85
3.2.1.1.	Critério material.....	85
3.2.1.2.	Critério espacial.....	85
3.2.1.3.	Critério temporal.....	86
3.2.2.	Critérios do consequente.....	86
3.2.2.1.	Critério pessoal.....	87
3.2.2.2.	Critério quantitativo.....	87
3.2.2.3.	Síntese.....	88
3.3.	Competência tributária e capacidade tributária ativa.....	88
3.3.1.	Competência tributária: conceito e características.....	88
3.3.2.	Capacidade tributária ativa.....	89
3.3.3.	Classificação das normas de competência tributária.....	91
3.3.3.1.	Competência privativa.....	91
3.3.3.2.	Competência comum.....	93
3.3.3.3.	Competência cumulativa.....	94
3.3.3.4.	Competência residual.....	95
3.3.3.5.	Competência extraordinária.....	97
3.3.3.6.	Competência compartilhada	97
3.3.3.7.	Críticas a classificação que mencionamos.....	100
3.4.	Classificação das espécies tributárias.....	103
3.5.	Impostos.....	106

3.5.1.	Tributo não vinculado, não destinado e não restituível.....	106
3.5.2.	Exceções ao princípio da não afetação dos impostos.....	107
3.5.3.	Competência tributária.....	110
3.6.	Taxas.....	110
3.6.1.	Tributo diretamente vinculado e não restituível.....	110
3.6.2.	Competência para instituição das taxas.....	111
3.6.3.	Taxa de polícia.....	112
3.6.4.	Taxa de serviço.....	115
3.6.5.	Base de cálculo das taxas.....	118
3.6.6.	Taxas e preços públicos.....	121
3.7.	Contribuição de melhoria.....	124
3.7.1.	Tributo indiretamente vinculado e não restituível.....	124
3.7.2.	Fato gerador.....	125
3.7.3.	Requisitos.....	127
3.7.4.	Sujeito passivo.....	130
3.7.5.	Base de cálculo.....	131
3.8.	Empréstimo compulsório.....	131
3.8.1.	Tributo vinculado ou não vinculado, destinado e restituível.....	131
3.8.2.	Pressupostos constitucionais.....	133
3.8.3.	Fato gerador.....	135
3.8.4.	Análise do parágrafo único.....	136
3.8.5.	Disciplina do Código Tributário Nacional.....	136
3.8.6.	Devolução dos valores pagos.....	137
3.9.	Contribuições especiais.....	137
3.9.1.	Tributo não vinculado, destinado e não restituível.....	138
3.9.2.	Requisitos de validade.....	139
3.9.3.	Classificação das contribuições.....	143
3.10.	Outras classificações.....	145
3.10.1.	Tributos diretos e indiretos.....	145
3.10.2.	Tributos com finalidade fiscal e tributos com finalidade extrafiscal.....	147
3.10.3.	Tributos reais e tributos pessoais.....	148
3.11.	Resumo.....	148
3.12.	Jurisprudência relevante.....	150
3.12.1.	Súmulas vinculantes.....	150
3.12.2.	Súmulas.....	150
3.12.3.	Recursos Extraordinários Repetitivos.....	151
3.13.	Provas de concursos públicos.....	152
3.13.1.	Questões.....	152
3.13.2.	Gabarito.....	155

CAPÍTULO 4

PRINCÍPIOS DO DIREITO TRIBUTÁRIO 157

4.1.	Legalidade tributária	159
4.1.1.	Fundamento histórico e fundamento político.....	159
4.1.2.	Análise do artigo 150, inciso I, da Constituição Federal	160
4.1.3.	Medidas Provisórias e a instituição de tributos	163
4.1.4.	Tipicidade cerrada.....	164
4.1.4.1.	Conceitos jurídicos indeterminados e cláusulas gerais	164
4.1.4.2.	Norma tributária em branco	166
4.1.5.	Autorização Constitucional para que atos infralegais alterem alíquotas de tributos	167
4.1.6.	Delegação ao Executivo para reduzir ou aumentar alíquotas.....	169
4.1.7.	Alíquotas de referências do IBS e da CBS.....	171
4.1.8.	O que não precisa ser veiculado por lei.....	172
4.2.	Anterioridade anual e anterioridade nonagesimal	173
4.2.1.	Origem e fundamento.....	173
4.2.2.	Considerações gerais	176
4.2.3.	Exceções às anterioridades anual e nonagesimal.....	179
4.2.4.	Cláusula pétrea e o princípio da anterioridade.....	183
4.2.5.	Princípio da anterioridade e Medidas Provisórias.....	184
4.2.6.	Algumas controvérsias sobre a (não) incidência do princípio da anterioridade.....	186
4.3.	Irretroatividade tributária.....	188
4.3.1.	Considerações gerais	188
4.3.2.	Análise dogmática	189
4.3.2.1.	Significado da expressão “fatos geradores ocorridos”, empregada pelo artigo 150, inciso III, alínea “a”, da CF.....	189
4.3.2.2.	Consequências dessa interpretação	191
4.3.2.3.	Súmula 584 do STF.....	192
4.4.	Princípio da isonomia tributária.....	193
4.4.1.	Aspecto negativo: o que a lei não pode discriminar	193
4.4.2.	Aspecto positivo: o que a lei deve discriminar.....	195
4.4.3.	Violação à isonomia: o que o Judiciário pode fazer?.....	196
4.4.4.	Pecúnia <i>non olet</i> e princípio da isonomia	197
4.4.5.	Síntese	197
4.5.	Capacidade contributiva	197
4.5.1.	Capacidade contributiva absoluta/objetiva e capacidade contributiva relativa/subjetiva	197
4.5.2.	Aplicabilidade do princípio da capacidade contributiva a todas as espécies tributárias.....	198

4.5.3.	Progressividade e seletividade como meios de promover o princípio da capacidade contributiva.....	200
4.5.4.	(Im)possibilidade de utilização da técnica da progressividade nos impostos reais.....	201
4.5.5.	Extrafiscalidade e capacidade contributiva.....	204
4.5.6.	Síntese	205
4.6.	Vedação ao Confisco	206
4.6.1.	Aspectos gerais	206
4.6.2.	Aplicação do princípio da vedação do confisco às multas.....	207
4.7.	Liberdade de tráfego de pessoas e bens	208
4.8.	Proibição das isenções heterônomas	209
4.9.	Uniformidade geográfica.....	210
4.10.	Tributação isonômica da renda nos títulos da dívida pública e nos vencimentos dos funcionários públicos.....	211
4.11.	Não discriminação baseada em procedência ou destino	211
4.12.	Capacidade Colaborativa	212
4.13.	Princípio (ou regra/postulado) da proporcionalidade.....	213
4.13.1.	Regra, princípio ou postulado	213
4.13.2.	Dos pressupostos para aplicação da regra da proporcionalidade por parte do Poder Judiciário.....	214
4.13.3.	Dos critérios para aplicação da regra da proporcionalidade.....	218
4.13.4.	Exemplo de aplicação da regra da proporcionalidade no Direito Tributário	224
4.14.	Novos princípios introduzidos pela reforma tributária (emenda constitucional de nº 132/2023).....	225
4.15.	Resumo.....	228
4.16.	Jurisprudência relevante	232
4.16.1.	Teses firmadas em recursos repetitivos extraordinários	232
4.16.2.	Súmulas	234
4.16.3.	Súmulas Vinculantes.....	234
4.17.	Provas de concursos públicos.....	234
4.17.1.	Questões	234
4.17.2.	Gabarito	245

CAPÍTULO 5

IMUNIDADES TRIBUTÁRIAS 247

5.1.	Conceito e classificações.....	247
5.2.	Imunidades e obrigações acessórias.....	249
5.3.	Imunidade e isenção	249
5.4.	Irrelevância da nomenclatura utilizada pela Constituição	250
5.5.	Regulamentação das imunidades condicionadas.....	251

5.6.	Das imunidades espalhadas pelo texto constitucional	253
5.6.1.	Imunidades com relação às taxas	253
5.6.2.	Imunidades com relação às contribuições especiais	255
5.6.3.	Imunidades com relação ao IBS e com relação à CBS.....	258
5.6.4.	Imunidades com relação a impostos espalhadas pelo texto.....	258
5.7.	Destinatário da imunidade. Contribuinte de fato ou contribuinte de direito.....	261
5.8.	Análise do artigo 150, inciso VI, da Constituição Federal	262
5.9.	Imunidade Recíproca	263
5.9.1.	Fundamentos	263
5.9.2.	Aplicação a todos os impostos	264
5.9.3.	Imunidade Recíproca, Imposto de Importação, IBS e CBS	265
5.9.3.1	Por que não reconhecer imunidade tributária recíproca no IBS, na CBS e no Imposto de Importação?	266
5.9.3.2	Solução adotada pela Constituição.....	266
5.9.4.	Abrangência da regra de imunidade às autarquias e fundações.....	267
5.9.5.	(In)aplicabilidade da imunidade recíproca às empresas públicas e às sociedades de economia mista	268
5.9.6.	Imunidade recíproca e Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT ...	271
5.9.7.	Sucessão tributária.....	273
5.9.8.	Não incidência da imunidade tributária aos cartórios e tabelionatos.....	274
5.9.9.	Gráfico.....	275
5.10.	Imunidade religiosa.....	276
5.10.1.	Conteúdo	276
5.10.2.	Análise do § 4º do artigo 150 da Constituição	277
5.10.3.	Questões controvertidas	278
5.10.3.1.	Cemitérios.....	278
5.10.3.2.	Maçonaria.....	278
5.11.	Imunidades condicionadas do artigo 150, inciso VI, da Constituição Federal	279
5.11.1.	Considerações gerais	279
5.11.2.	Imunidade dos partidos políticos	281
5.11.3.	Imunidade dos sindicatos dos trabalhadores.....	281
5.11.4.	Imunidade das instituições de educação sem fins lucrativos.....	281
5.11.5.	Imunidade das entidades de assistência social sem fins lucrativos.....	282
5.11.6.	Análise do § 4º do artigo 150 da Constituição	283
5.11.7.	Gráfico.....	285
5.12.	Imunidade de imprensa	286
5.12.1.	Livros, jornais e periódicos	286
5.12.2.	Papel destinado à impressão dos livros, jornais e periódicos.....	287
5.12.3.	Gráfico.....	288
5.13.	Imunidade musical	288

5.14.	Resumo.....	290
5.15.	Jurisprudência relevante	292
5.15.1.	Súmulas Vinculantes.....	292
5.15.2.	Súmulas	292
5.15.3.	Recursos Extraordinários Repetitivos.....	292
5.16.	Provas de concursos públicos.....	294
5.16.1.	Questões	294
5.16.2.	Gabarito	303

CAPÍTULO 6

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA..... 305

6.1.	Conceito de legislação tributária	305
6.2.	Leis, Tratados, Convenções Internacionais e Decretos: artigos 97 a 99 do Código Tributário Nacional	306
6.3.	Normas complementares.....	308
6.4.	Vigência da legislação tributária	310
6.5.	Aplicação da legislação tributária.....	315
6.6.	Interpretação e integração da legislação tributária.....	320
6.7.	Resumo.....	326
6.8.	Provas de concursos	328
6.8.1.	Questões	328
6.8.2.	Gabarito	332

CAPÍTULO 7

OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA 333

7.1.	Conceito	333
7.2.	Obrigação tributária principal e obrigação tributária acessória.....	334
7.2.1.	Obrigação principal	334
7.2.2.	Obrigação acessória.....	335
7.3.	Fato gerador	337
7.3.1.	Conceito e classificação	337
7.3.2.	Fato gerador no Código Tributário Nacional.....	339
7.3.3.	Norma antielisiva.....	344
7.4.	Sujeito ativo.....	348
7.5.	Sujeito passivo	349
7.5.1.	Disposições gerais	349
7.5.2.	Solidariedade	351
7.5.3.	Capacidade tributária.....	352
7.5.4.	Domicílio tributário.....	353

7.6.	Responsabilidade tributária.....	355
7.6.1.	Classificação e disposições gerais	355
7.6.2.	Responsabilidade por substituição.....	358
7.6.2.1.	Substituição tributária para trás (regressiva).....	358
7.6.2.2.	Substituição tributária para frente (progressiva).....	359
7.6.2.3.	Substituição tributária simultânea (comum) ou retenção na fonte	361
7.6.3.	Responsabilidade por transferência.....	362
7.6.3.1.	Responsabilidade dos sucessores.....	362
7.6.3.1.1.	Sucessão na aquisição de bens	362
7.6.3.1.2.	Sucessão tributária da pessoa física	366
7.6.3.1.3.	Sucessão tributária das pessoas jurídicas e do estabelecimento	367
7.6.3.2.	Responsabilidade de terceiros.....	371
7.6.3.3.	Responsabilidade por infrações	377
7.7.	Resumo.....	380
7.8.	Jurisprudência relevante	382
7.8.1.	Súmulas	382
7.8.2.	Recursos Extraordinários Repetitivos.....	382
7.8.3.	Recursos Especiais Repetitivos	382
7.9.	Provas de concursos	383
7.9.1.	Questões	383
7.9.2.	Gabarito	392

CAPÍTULO 8

CRÉDITO TRIBUTÁRIO 393

8.1.	Conceito e disposições gerais.....	393
8.2.	Constituição do crédito tributário.....	395
8.2.1.	Lançamento de ofício.....	395
8.2.2.	Lançamento por declaração.....	399
8.2.3.	Lançamento por homologação	400
8.2.4.	Dispositivos gerais sobre lançamento tributário.....	402
8.2.5.	Outras formas de constituição do crédito tributário	406
8.3.	Suspensão do Crédito Tributário	407
8.3.1.	Moratória.....	409
8.3.2.	Depósito do montante integral do crédito tributário.....	413
8.3.3.	Reclamações e recursos administrativos	413
8.3.4.	A concessão de medida liminar	414
8.3.5.	Parcelamento	415

8.4.	Extinção do crédito tributário	417
8.4.1.	Pagamento	417
8.4.2.	Compensação.....	422
8.4.3.	Transação	424
8.4.4.	Remissão.....	429
8.4.5.	Decadência e prescrição	431
8.4.5.1.	Considerações gerais	431
8.4.5.2.	Decadência	433
8.4.5.3.	Prescrição.....	439
8.4.6.	Conversão do depósito em renda	441
8.4.7.	O pagamento antecipado e a homologação do lançamento	442
8.4.8.	A consignação em pagamento	442
8.4.9.	Decisão administrativa irreformável e a decisão judicial passada em julgado	442
8.4.10.	Dação em pagamento em bens imóveis	443
8.5.	Exclusão do crédito tributário	444
8.5.1.	Considerações gerais	444
8.5.2.	Isenção.....	445
8.5.2.1.	Principais teorias sobre isenções	445
8.5.2.2.	Classificação das isenções	447
8.5.2.3.	Disciplina no Código Tributário Nacional	448
8.5.3.	Anistia	453
8.6.	Restituição do pagamento indevido	455
8.7.	Resumo.....	461
8.8.	Jurisprudência relevante.....	462
8.8.1.	Súmulas Vinculantes.....	462
8.8.2.	Súmulas do Supremo Tribunal Federal	462
8.8.3.	Súmulas do Superior Tribunal de Justiça	462
8.8.4.	Recursos Especiais Repetitivos.....	463
8.9.	Provas de concursos públicos.....	465
8.9.1.	Questões	465
8.9.2.	Gabarito	473

CAPÍTULO 9

GARANTIAS E PRIVILÉGIOS DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO..... 475

9.1.	Disposições gerais	475
9.2.	Preferências do crédito tributário	480
9.3.	Resumo.....	491
9.4.	Jurisprudência relevante.....	492
9.4.1.	Súmulas do Superior Tribunal de Justiça	492

9.4.2.	Recursos Especiais Repetitivos.....	492
9.5.	Provas de concursos públicos.....	492
9.5.1.	Questões	492
9.5.2.	Gabarito	495

CAPÍTULO 10

ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA..... 497

10.1.	Fiscalização	497
10.2.	Dívida ativa	504
10.3.	Certidões negativas	508
10.4.	Resumo.....	511
10.5.	Jurisprudência Relevante.....	512
10.5.1.	Súmulas do Supremo Tribunal Federal	512
10.5.2.	Súmulas do Superior Tribunal de Justiça	513
10.5.3.	Recursos Extraordinários Repetitivos.....	513
10.6.	Provas de concursos públicos.....	513
10.6.1.	Questões	513
10.6.2.	Gabarito	518

CAPÍTULO 11

IMPOSTOS DE COMPETÊNCIA DA UNIÃO FEDERAL..... 519

11.1.	Imposto de importação	519
11.1.1.	Regra de competência e disciplina constitucional	519
11.1.2.	Regra-matriz de incidência tributária	520
11.1.2.1.	Antecedente.....	520
11.1.2.2.	Consequente.....	523
11.2.	Imposto de exportação	527
11.2.1.	Regra de competência e disciplina constitucional	527
11.2.2.	Regra-matriz de incidência tributária	528
11.2.2.1.	Antecedente.....	528
11.2.2.2.	Consequente.....	529
11.3.	Imposto sobre a renda.....	531
11.3.1.	Base econômica e disciplina constitucional.....	531
11.3.2.	Regra-matriz de incidência tributária	533
11.3.2.1.	Antecedente.....	533
11.3.2.2.	Consequente.....	539
11.4.	Imposto sobre produtos industrializados	544
11.4.1.	Base econômica e disciplina constitucional	544
11.4.2.	Regra-matriz de incidência tributária	547

11.4.2.1.	Antecedente.....	547
11.4.2.2.	Consequente.....	550
11.4.3.	IPI e Reforma Tributária	552
11.5.	Imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários	554
11.5.1.	Base econômica e disciplina constitucional.....	554
11.5.2.	Regra-matriz de incidência tributária	556
11.5.2.1.	Antecedente.....	556
11.5.2.2.	Consequente.....	557
11.6.	Imposto territorial rural	559
11.6.1.	Base econômica e disciplina constitucional.....	559
11.6.2.	Regra-matriz de incidência tributária	561
11.6.2.1.	Antecedente.....	561
11.6.2.2.	Consequente.....	563
11.7.	Imposto seletivo	565
11.7.1.	Contexto que motivou a criação do Imposto Seletivo.....	565
11.7.2.	Base econômica e disciplina constitucional.....	566
11.8.	Resumo.....	568
11.9.	Jurisprudência relevante	571
11.9.1.	Súmulas do STF	571
11.9.2.	Súmulas do STJ	571
11.9.3.	Recursos Extraordinários Repetitivos.....	572
11.9.4.	Recursos Especiais Repetitivos	574
11.10.	Provas de concursos públicos	575
11.10.1.	Questões	575
11.10.2.	Gabarito	580

CAPÍTULO 12

IMPOSTOS DE COMPETÊNCIA DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL 581

12.1.	ITCMD.....	581
12.1.1.	Regra de competência	581
12.1.2.	Sujeição Ativa	582
12.1.2.1	Critérios principal e subsidiário	582
12.1.2.2	Regra de transição prevista pelo artigo 16 da Emenda Constitucional de nº 132/2023.....	583
12.1.3.	Progressividade do ITCMD	586
12.1.4.	Imunidade de transmissões e das doações a instituições sem fins lucrativos	587
12.1.5.	Fixação das alíquotas máximas pelo Senado Federal	588
12.1.6.	Regra-matriz de incidência.....	588
12.1.6.1.	Antecedente.....	588

	12.1.6.2. Consequente.....	590
12.2.	ICMS	591
	12.2.1. Legislação.....	591
	12.2.2. Regra de competência	592
	12.2.2.1. Operações relativas à circulação de mercadorias	592
	12.2.2.2. Prestação de serviço de transporte interestadual e intermunicipal.....	595
	12.2.2.3. Prestação de serviços de comunicação	595
	12.2.2.4. Importação de bem, mercadoria ou serviço	596
	12.2.3. Disciplina constitucional.....	599
	12.2.3.1. Não cumulatividade.....	599
	12.2.3.2. Papel do Senado Federal na conformação do imposto	600
	12.2.3.3. Alíquotas internas e interestaduais.....	601
	12.2.3.4. Convênios do CONFAZ	604
	12.2.3.5. Seletividade.....	605
	12.2.3.6. Imunidade nas exportações e manutenção dos créditos	607
	12.2.4. Regra-matriz de incidência.....	608
	12.2.4.1. Antecedente.....	608
	12.2.4.2. Consequente.....	610
	12.2.5. ICMS-Combustível	611
	12.2.5.1. Regras constitucionais.....	611
	12.2.5.2. Regras previstas na LC 192/2022.....	613
	12.2.6. ICMS e Reforma Tributária	614
	12.2.6.1. Extinção do ICMS.....	614
	12.2.6.2. Benefícios fiscais do ICMS e extinção do imposto.....	615
	12.2.6.3. Créditos acumulados de ICMS e extinção do imposto.	619
12.3.	IPVA.....	620
	12.3.1. Regra de competência e disciplina constitucional	620
	12.3.2. Regra-matriz de incidência.....	622
	12.3.2.1. Antecedente.....	622
	12.3.2.2. Consequente.....	622
12.4.	Resumo.....	623
12.5.	Jurisprudência relevante	624
	12.5.1. Súmulas Vinculantes	624
	12.5.2. Súmulas do Supremo Tribunal Federal	624
	12.5.3. Súmulas do Superior Tribunal de Justiça	625
	12.5.4. Recursos Extraordinários Repetitivos.....	625
	12.5.5. Recursos Especiais Repetitivos.....	626
12.6.	Provas de concursos públicos.....	626

12.6.1.	Questões	626
12.6.2.	Gabarito	634

CAPÍTULO 13

IMPOSTOS DE COMPETÊNCIA DOS MUNICÍPIOS E DO DISTRITO FEDERAL.... 635

13.1.	IPTU	635
13.1.1.	Regra de competência e disciplina constitucional	635
13.1.2.	Regra-matriz de incidência	637
13.1.2.1.	Antecedente	637
13.1.2.2.	Consequente	639
13.2.	ITBI	640
13.2.1.	Regra de competência e disciplina constitucional	640
13.2.2.	Regra-matriz de incidência	642
13.2.2.1.	Antecedente	642
13.3.	ISSQN	643
13.3.1.	Regra de competência e disciplina constitucional	643
13.3.2.	Disciplina constitucional	644
13.3.3.	Regra-matriz de incidência	645
13.3.3.1.	Antecedente	645
13.3.3.2.	Consequente	650
13.3.4.	ISSQN e a Reforma Tributária	652
13.4.	Resumo	654
13.5.	Jurisprudência relevante	655
13.5.1.	Súmulas Vinculantes	655
13.5.2.	Súmulas do Supremo Tribunal Federal	655
13.5.3.	Súmulas do Superior Tribunal de Justiça	655
13.5.4.	Recursos Extraordinários Repetitivos	656
13.5.5.	Recursos Especiais Repetitivos	657
13.6.	Provas de concursos públicos	658
13.6.1.	Questões	658
13.6.2.	Gabarito	666

CAPÍTULO 14

IMPOSTO SOBRE BENS E SERVIÇOS (IBS): COMPETÊNCIA COMPARTILHADA ENTRE AS ENTIDADES FEDERATIVAS 667

14.1.	IBS E CBS: análise do artigo 149-B	667
14.2.	Regra de competência do IBS e disciplina constitucional	669
14.3.	Competência compartilhada	672
14.3.1	Panorama antes da Reforma: Competência privativa e competência comum.	672

14.3.2.	Panorama após a reforma: competência compartilhada.....	673
14.4.	Criação por lei complementar	675
14.5.	Ampla base de incidência	676
14.5.1.	Aproximação com o IVA	676
14.5.2.	Operações com bens materiais ou imateriais, inclusive direitos, ou com serviços	677
14.5.3.	Importação de bens materiais ou imateriais, inclusive direitos, ou serviços	679
14.6.	Neutralidade	679
14.7.	Não cumulatividade.....	680
14.7.1.	Conceito e regra geral	680
14.7.2.	Exceções.....	682
14.7.3.	(Ir)relevância do recolhimento do tributo por parte do agente anterior da cadeia produtiva	684
14.8.	Uniformidade nacional com relação a todos os elementos da regra-matriz de incidência, exceto com relação às alíquotas	685
14.9.	Uniformidade das alíquotas para todos os bens, direitos e serviços	685
14.10.	Restrição a criação de regimes específicos ou favorecidos de tributação.	686
14.10.1.	Regimes favorecidos de tributação.....	687
14.10.2.	Regimes favorecidos de tributação.....	691
14.10.2.1.	Combustíveis e lubrificantes	692
14.10.2.2.	Serviços Financeiros, operações com bem imóveis, planos de assistência à saúde e concursos de prognósticos.	693
14.10.2.3.	Sociedade Cooperativas.....	695
14.10.2.4.	Serviços de hotelaria e outros	695
14.10.2.5.	Operações alcançadas por tratado ou convenção internacional, inclusive referentes a missões diplomáticas, repartições consulares, representações de organismos internacionais e respectivos funcionários acreditados	696
14.10.2.6.	Serviços de transporte coletivo de passageiros rodoviário intermunicipal e interestadual, ferroviário e hidroviário	696
14.11.	Alíquotas de referências	696
14.11.1.	O que é.....	696
14.11.2.	Alíquotas de referência e autonomia das entidades federativas	698
14.11.3.	Alíquotas de referência e alterações na legislação do IBS.....	698
14.11.4.	Competência para fixar as alíquotas de referência	699
14.11.5.	Alíquotas de referência: Exceção à anterioridade nonagesimal.....	699
14.12.	Cálculo por fora e não inclusão na base de cálculo de outros tributos.....	699
14.13.	Tributação no destino	699
14.14.	Transparência.....	701
14.15.	Responsabilidade Tributária	701
14.16.	Distribuição dos valores arrecadados	701

14.17. <i>Cashback</i>	702
14.18. Outras características relevantes	703
14.19. Comitê Gestor do IBS	703
14.19.1. Texto Constitucional.....	703
14.19.2. Atividades	705
14.19.3. Características e Composição	705
14.19.4. Decisões do Comitê Gestor.....	706
14.19.5. CBS e Comitê Gestor	707

CAPÍTULO 15

CONTRIBUIÇÕES ESPECIAIS 709

15.1. Considerações gerais	709
15.1.1. Tributo não vinculado, destinado e não restituível.....	709
15.1.2. Requisitos de validade	711
15.1.3. Classificação das contribuições	714
15.1.4. Instrumento legislativo para instituição das contribuições especiais	716
15.1.5. Disposições comuns às contribuições sociais e às contribuições de intervenção no domínio econômico	717
15.2. Contribuições sociais gerais.....	719
15.3. Contribuições para a seguridade social	720
15.3.1 COFINS.....	721
15.3.1.1 Regramento Atual.....	721
15.3.1.2. COFINS após a reforma tributária	732
15.3.2. CSLL – Contribuição sobre o lucro líquido	733
15.3.3. Da contribuição sobre a receita de concursos de prognósticos	736
15.3.4. Da contribuição do Importador de bens ou serviços do exterior, ou de quem a lei a ele equiparar.....	737
15.3.4.1. Regramento Atual.....	737
15.3.4.2. Regramento após a Reforma Tributária	738
15.3.5. Da contribuição dos segurados especiais.....	738
15.3.6. Da Contribuição sobre bens e serviços	739
15.3.6.1. Características que são diferentes do IBS	740
15.3.6.1.1. Competência privativa da União Federal.....	740
15.3.6.1.2. Criação por Lei Complementar de todos os critérios da regra-matriz de incidência, exceto as alíquotas	740
15.3.6.1.3. Regime de <i>Cashback</i>	740
15.3.6.1.4. Processo administrativo fiscal.....	740
15.3.6.2. Características que são iguais ao IBS	741
15.3.6.2.1. Ampla base de incidência.....	741

15.3.6.2.2.	Neutralidade.....	744
15.3.6.2.3.	Não cumulatividade.....	745
15.3.6.2.4	Uniformidade das alíquotas para todos os bens, direitos e serviços	749
15.3.6.2.5.	Restrição a criação de regimes específicos ou favorecidos de tributação	750
15.3.6.2.6	Alíquotas de referência.....	760
15.3.6.2.7.	Cálculo por fora e não inclusão na base de cálculo de outros tributos.....	762
15.3.6.2.8.	Transparência	763
15.3.6.2.9.	Responsabilidade Tributária.....	763
15.3.6.2.10.	Outras características relevantes	763
15.3.7.	Contribuições residuais para a seguridade social.....	764
15.4.	Contribuições previdenciárias	765
15.4.1.	Contribuições do Regime Geral	765
15.4.2.	Contribuições do Regime Próprio.....	770
15.5.	Contribuições constitucionalizadas	773
15.5.1.	Salário-Educação.....	773
15.5.2.	PIS	774
15.5.2.1.	Regramento atual.....	774
15.5.2.2.	PIS após a reforma tributária.....	783
15.5.3.	PASEP	784
15.5.4.	Contribuições ao Sistema S.....	785
15.6.	Contribuições de intervenção no domínio econômico	787
15.7.	Contribuições corporativas.....	789
15.8.	Contribuição de iluminação pública e de sistemas de monitoramento para segurança e preservação de logradouros públicos.....	792
15.9.	Contribuições sobre produtos primários e semielaborados.....	793
15.10.	Resumo.....	795
15.11.	Jurisprudência relevante	796
15.11.1.	Súmulas vinculantes	796
15.11.2	Súmulas	796
15.11.3.	Recursos Extraordinários Repetitivos.....	797
15.11.4.	Recursos Especiais Repetitivos.....	799
15.12.	Provas de concursos públicos.....	801
15.12.1.	Questões	801
15.12.2.	Gabarito	805

CAPÍTULO 16**REPARTIÇÃO DAS RECEITAS TRIBUTÁRIAS 807**

16.1.	Transferências diretas	807
16.1.1.	Transferências diretas da União para os estados e Distrito Federal.....	807
16.1.2.	Transferências diretas da União para os Municípios.....	809
16.1.3.	Transferências diretas dos estados para os Municípios.....	810
16.2.	Transferências indiretas	811
16.3.	Jurisprudência relevante	814
16.3.1.	Recursos Extraordinários Repetitivos.....	814
16.4.	Provas de concursos públicos.....	815
16.4.1.	Questões	815
16.4.2.	Gabarito	818

CAPÍTULO 17**PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL FEDERAL 819**

17.1.	Considerações gerais	819
17.2.	Processo administrativo não contencioso no âmbito federal. Consulta Tributária	819
17.3.	Processo administrativo contencioso no âmbito federal	822
17.3.1.	Fases do processo administrativo fiscal contencioso	822
17.4.	Outros aspectos do Decreto nº 70.235/72	827
17.4.1.	Intimações	827
17.4.2.	Nulidades.....	829
17.4.3.	Inconstitucionalidade da exigência de depósito recursal e do arrolamento administrativo para conhecimento do recurso	830
17.4.4.	Não ocorrência da prescrição na pendência de recurso administrativo	830
17.4.5.	Concomitância da ação judicial e do processo administrativo fiscal	832
17.4.6.	Impossibilidade de a administração pública reconhecer a inconstitucionalidade de dispositivo legal	833
17.5.	Resumo.....	834
17.6.	Jurisprudência relevante	834
17.7.	Provas de concursos públicos.....	834
17.7.1.	Questões	834
17.7.2.	Gabarito	836

CAPÍTULO 18**SIMPLES NACIONAL 837**

18.1.	Instituição e abrangência.....	837
18.2.	Vedações ao ingresso no Simples Nacional	839
18.3.	Alíquotas e bases de cálculo.....	841

18.4.	Repasse do produto da arrecadação	841
18.5.	Da exclusão do Simples Nacional.....	841
18.6.	Da fiscalização	842
18.7.	Do processo administrativo fiscal.....	844
18.8.	Do processo judicial.....	844
18.9.	Simples nacional após a reforma tributária	846
18.10.	Resumo.....	849
18.11.	Jurisprudência relevante	849
18.11.1.	Recursos Extraordinários Repetitivos.....	849
18.12.	Provas de concursos públicos.....	849
18.12.1.	Questões	849
18.12.2.	Gabarito	855

CAPÍTULO 19

PROCESSO JUDICIAL TRIBUTÁRIO 857

19.1.	Ações exacionais.....	857
19.1.1.	Execução fiscal	857
19.1.1.1.	Considerações gerais	857
19.1.1.2.	Objeto e legitimidade ativa	858
19.1.1.3.	Legitimidade passiva	859
19.1.1.4.	Competência e petição inicial	861
19.1.1.5.	Despacho citatório e citação.....	862
19.1.1.6.	Despacho citatório e citação.....	865
19.1.1.7.	Intimação e registro da penhora	868
19.1.1.8.	Possibilidade da interposição de embargos à execução	870
19.1.1.9.	Disposições diversas	870
19.1.1.10.	Suspensão, arquivamento e prescrição intercorrente	873
19.1.1.11.	Fluxograma da execução fiscal.....	876
19.1.2.	Medida cautelar fiscal.....	876
19.2.	Ações antiexacionais	881
19.2.1.	Embargos à execução fiscal.....	881
19.2.2.	Exceção de pré-executividade	884
19.2.3.	Mandado de segurança.....	885
19.2.3.1.	Considerações gerais	885
19.2.3.2.	Cabimento no Direito Tributário.....	885
19.2.3.3.	Vedações à concessão de liminar.....	888
19.2.4.	Ação cautelar de caução.....	889
19.2.5.	Consignação em pagamento.....	890
19.2.6.	Ação declaratória de inexistência de relação jurídica	891

19.2.7.	Ação anulatória	893
19.2.7.1.	Ação anulatória comum	893
19.2.7.2.	Ação anulatória do artigo 169 do Código Tributário Nacional....	896
19.2.8.	Ação de repetição de indébito	897
19.3.	Resumo.....	901
19.4.	Jurisprudência relevante	903
19.4.1.	Súmulas Vinculantes	903
19.4.2.	Súmulas do Superior Tribunal de Justiça	903
19.4.3.	Recursos Especiais Repetitivos.....	903
19.5.	Provas de concursos públicos.....	904
19.5.1.	Questões de concursos	904
19.5.2.	Gabarito	913

CAPÍTULO 20

REFORMA TRIBUTÁRIA: O QUE MUDOU 915

20.1.	Considerações gerais	915
20.2.	Modelos de tributação sobre consumo na Europa e estados unidos	915
20.2.1.	Modelo norte-americano de tributação	915
20.2.2.	Modelo Europeu de tributação.....	917
20.3.	Modelo brasileiro de tributação antes da reforma tributária.....	919
20.3.1.	Base de incidência altamente fragmentada.....	919
20.3.2.	Complexidade das legislações	920
20.3.3.	Não cumulatividade limitada	920
20.3.4.	Cobrança do ICMS na origem	922
20.4.	Resumo com as principais alterações no modelo de tributação após a Reforma Tributária.....	923
20.4.1.	IBS e CBS	923
20.4.2.	Imposto Seletivo	923
20.4.3.	Contribuição Estadual sobre produtos primários e semielaborados.....	924
20.4.4.	Tributos extintos	925
20.4.5.	Manutenção da Contribuição ao PASEP.....	926
20.4.6.	Diminuição da base de incidência do IOF	926
20.5.	Zona franca de manaus e a reforma tributária	927
20.6.	Regras de transição de um modelo de tributação para outro (perspectiva do direito tributário).....	929
20.6.1.	Ano de 2026.....	932
20.6.2.	A partir de 2027	933
20.6.3.	2027 e 2028.....	934
20.6.4.	2029 a 2032.....	934
20.6.5.	Em 2033.....	935

20.6.6.	Gráfico sintetizador.....	935
20.7.	Regras de transição de um modelo de tributação para outro (perspectiva do direito financeiro)	936
20.7.1.	Comentários dos dispositivos	938
20.7.2.	Uma metáfora para ajudar na compreensão	940
20.8.	Benefícios fiscais do ICMS durante o período de transição	941
20.8.1.	Regramento previsto pela Lei nº 160/2017.	942
20.8.2.	Alteração no valor dos benefícios fiscais durante o período de transição previsto pela Emenda Constitucional nº 132/2023.	943
20.8.3.	Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais.....	944
20.9.	Saldo credores do ICMS	944
20.10.	Indústria automotiva e incentivos	945

CAPÍTULO 21

REFORMA TRIBUTÁRIA: (IN)EXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO FEDERATIVO

947

21.1.	Introdução.....	947
21.2.	Do estado federal	948
21.2.1.	Características de um Estado Federal.....	948
21.2.2.	Da impossibilidade da utilização da Federação americana como modelo explicativo.....	949
21.2.3.	Federalismo Dualista e Federalismo Cooperativo.	951
21.2.4.	O que explica o Estado Federal	954
21.2.5.	O que Justifica o Estado Federal.....	956
21.2.6.	Da Federação Brasileira	959
21.2.6.1.	Das características da federação brasileira	960
21.2.7.	Princípio Federativo	962
21.3.	Da interpretação dos enunciados prescritivos	963
21.3.1.	Da pretensão à correção como propósito do agir interpretativo do participante do discurso jurídico	963
21.3.2.	Das regras de argumentação jurídica adotadas neste capítulo para construção da resposta ao problema proposto.....	966
21.4.	Das limitações ao poder de reforma da Constituição Federal.....	968
21.4.1.	Introdução	968
21.4.2.	Limites materiais implícitos	969
21.4.3.	Interpretação dos limites materiais	972
21.4.3.1.	Entre a permanência e a mudança: Limitações materiais sob a perspectiva da doutrina.	972
21.4.3.2.	Entre a permanência e a mudança: Limitações materiais sob a perspectiva da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.	977

21.4.4.	Conclusão preliminar.....	980
21.5.	Da utilização da máxima da proporcionalidade como critério para identificação do núcleo essencial do princípio federativo	981
21.5.1.	Do conceito de Núcleo essencial	981
21.5.2.	Das justificativas para utilização da proporcionalidade como critério argumentativo.....	983
21.5.3.	Das justificativas para utilização da proporcionalidade como critério argumentativo para construção do núcleo essencial do princípio federativo ...	986
21.6.	Da aplicação da máxima da proporcionalidade à Emenda Constitucional de nº 132/2023.....	989
21.6.1.	Regra, princípio ou postulado	989
21.6.2.	Dos pressupostos para aplicação da regra da proporcionalidade por parte do Poder Judiciário.....	990
21.6.3.	Dos critérios para aplicação da regra da proporcionalidade.....	994
21.6.3.1.	Dos três critérios.....	994
21.6.3.2.	Adequação	994
21.6.3.3.	Necessidade	996
21.6.3.4.	Proporcionalidade em sentido estrito	998
21.6.3.5.	Da proporcionalidade em sentido estrito da Emenda Constitucional de nº 132/2023.....	1000
BIBLIOGRAFIA		1003